



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete da Des.^a Helena Costa Reis

044

HABEAS CORPUS Nº 200.153-0 RECIFE (1ª Vara dos Feitos relativos a Entorpecentes).

IMPETRANTE: Def. ROBERTA RODRIGUES PITANGA.

PACIENTE: **ALEXSANDRO BATISTA DOS SANTOS.**

RELATOR SUBSTITUTO: Des. NIVALDO MULATINHO.

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. NORMA MENDONÇA GALVÃO DE CARVALHO.

ORGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL.

EMENTA: CONSTITUCIONAL, PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO DA CONSTRUÇÃO CAUTELAR. DELONGA CAUSADA PRECÍPUAMENTE PELA DEFESA - SÚMULA Nº 64 DO STJ. SUPERADA ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I - Eventual demora fundada em virtude da não apresentação de defesa prévia. Aplicação da Súmula nº 64 do Superior Tribunal de Justiça.

II - Necessidade da manutenção da custódia cautelar para acautelar a ordem pública.

III - Inexistência de constrangimento ilegal.

IV - Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 200.153-0, em que figura como paciente **ALEXSANDRO BATISTA DOS SANTOS**, ACORDAM os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça de Pernambuco, na sessão de 09/12/2009, à unanimidade, em denegar a ordem pleiteada, nos termos do parecer ministerial, relatório e voto que seguem em anexo e passam a integrar este aresto.

Recife, 09 de dezembro de 2009. (16.12.2009)

Des. Antônio de Melo e Lima

Presidente

Des. Nivaldo Mulatinho

Relator Substituto



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete da Des.^a Helena Cavila Reis

045

HABEAS CORPUS Nº 200.153-0 RECIFE (1ª Vara dos Feitos relativos a Entorpecentes).
IMPETRANTE: Def. ROBERTA RODRIGUES PITANGA.
PACIENTE: **ALEXSANDRO BATISTA DOS SANTOS**.
RELATOR SUBSTITUTO: Des. NIVALDO MULATINHO.
PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. NORMA MENDONÇA GALVÃO DE CARVALHO.
ORGÃO JULGADOR: SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL.

RELATÓRIO

A Defensora Pública Roberta Rodrigues Pitanga, inscrita na OAB/PE sob o nº 22.714, ajuizou pedido de Ordem de *Habeas Corpus* liberatório, com arrimo no artigo 5º, incisos XXXV, LIV e LXVIII da Carta da República e 647 usque 667 do Código de Processo Penal, em favor de **ALEXSANDRO BATISTA DOS SANTOS**, qualificado nos autos, preso e à disposição do MM. Juiz de Direito da em exercício no Mutirão Carcerário do Conselho Nacional de Justiça, na Comarca do Recife, ora apontado como autoridade coatora.

Alega o impetrante, nas suas razões de fls. 02/07, em síntese, que o paciente foi denunciado pela conduta prevista no artigo 33 da Lei nº 11.343/2006 (Nova Lei Antidrogas). Refere que o constrangimento ilegal deve-se à demora para a formação de culpa, posto que **ALEXSANDRO BATISTA DOS SANTOS** se encontra encarcerado desde o dia 31 de março de 2009. Argumenta que o paciente faz jus à liberdade em razão do princípio da duração razoável do processo, constitucionalmente erigido.

Requer, finalmente, seja expedido, *in limine*, o competente alvará de soltura, em favor do paciente, e que, ao final, seja concedido, em definitivo, a ordem.

O pleito liminar restou indeferido (decisão de fls. 18/19).

Instado a manifestar-se, o douto Magistrado *a quo* esclareceu (fls. 26/27) que "*narra a denúncia, em apertada síntese, que no dia 31 de março de 2009, o paciente foi preso em flagrante delito por trazer consigo*



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete da Des.^a Helena Couta Reis

046

607 (seiscentos e sete) papелotes da erva entorpecente *cannabis sativa* linné, popularmente conhecida como maconha”.

No dia 20 de maio do presente ano foi determinada a notificação do paciente para apresentação de defesa preliminar. O paciente foi devidamente notificado no dia 07 de julho de 2009. Em 20 de agosto de 2009 foi certificado pela Secretaria o decurso de prazo para apresentação da defesa prévia pelo paciente. Na mesma data foi nomeada a Defensoria Pública para atuar em defesa do paciente até a sentença final, e de logo, apresentar defesa prévia em favor do mesmo. (...).

Atualmente os autos encontram-se com vistas à Defensoria Pública para oferecimento da Defesa Prévia, em favor do paciente.

Ressalto que a folha de antecedentes criminais registram que o paciente responde a processos pela prática das condutas tipificadas no art. 10, § 1º da Lei nº 9.437/97 e art. 157, § 2º, incisos I e II do Código Penal”.

O Ministério Público, por meio do parecer da lavra da Exma. Sra. Procuradora de Justiça, Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho, opinou pela denegação da ordem (fls. 35/37).

É o relatório.

VOTO

Nas razões expendidas na exordial de fls. 02/07, o impetrante aduziu que **ALEXSANDRO BATISTA DOS SANTOS** encontra-se a sofrer constrangimento ilegal, ocasionado pelo fato de se achar recolhido à prisão desde o dia 31 de março do ano em curso, sem haver sido concluído o processo crime.

Consoante se depreende das informações prestadas pela autoridade apontada como coatora, a causa primária do postergamento da ação penal deveu-se a motivo gerado principalmente pela própria defesa, haja vista que devidamente notificado o réu para oferecimento de defesa prévia, o mesmo não se manifestou, provocando, assim, o retardo da marcha



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete da Des^a. Helena Coutta Reis

047

processual. Circunstância dessa natureza, inclusive, foi objeto de Súmula no Superior Tribunal de Justiça, resultando na edição do verbete nº 64, *in verbis*:

"Não constitui constrangimento ilegal o excesso de prazo na instrução, provocado pela defesa".

Por certo, também, não se pode olvidar que o a concessão da liberdade pretendida, nesta oportunidade, esbarra, ainda, na gravidade e nas circunstâncias do crime, tal qual narrado nos autos; em que a paciente foi presa em situação de flagrância, na posse de considerável quantidade de droga, numa clara atitude de escárnio frente aos poderes públicos. Além do mais, poderia vir a dificultar a segurança da aplicação da lei, em caso de imposição de pena.

É cediço que a primariedade, os bons antecedentes, residência fixa, trabalho certo e outros atributos dessa ordem não são, de per si, suficientes para gerar o direito subjetivo ao benefício da liberdade provisória. Veja-se decisão ajustável, *in verbis*:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO EM FLAGRANTE. LIBERDADE PROVISÓRIA INDEFERIDA. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. GRANDE APREENSÃO DE SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE. ORDEM DENEGADA.

1. A custódia cautelar está devidamente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, circunstância evidenciada pela periculosidade in concreto da paciente, envolvida com tráfico interestadual, presa com grande quantidade de drogas, inexistindo, assim, o constrangimento ilegal.

2. As condições pessoais favoráveis da paciente, por si sós, não inviabilizam a decretação da segregação antecipada,



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete da Desª. Helena Coutta Reis

048

quando existem nos autos outros elementos capazes de autorizar a imposição da custódia cautelar.

3. Habeas corpus denegado.

HC 134471 / BA

HABEAS CORPUS 2009/0075032-2

RODRIGUES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/CE)

DJe 16/11/2009

Decisão: 20/10/2009

De outra banda, existe a presumida necessidade da prisão preventiva, calcada na existência da certeza da materialidade e da autoria delitiva, e na necessidade de acautelar a Ordem Pública, posto que os crimes relacionados ao tráfico de drogas têm tornado penosa, por vezes intolerável, a convivência social nos principais centros urbanos do país. Tais circunstâncias apontam para a utilidade de manutenção da constrição cautelar.

Dessarte, acolhendo o parecer Ministerial, proferido pela douta Procuradora de Justiça, Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho, **meu voto é pela denegação da ordem.**

Recife, 09 de dezembro de 2009.

(16.12.2009)


Des. Nivaldo Mulatinho

Relator Substituto